

EDUCAÇÃO POPULAR E OS SEUS DIFERENTES ESPAÇOS: EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA, PRISIONAL, CAMPO

Francisca Rodrigues de Oliveira Pini¹

RESUMO: Este artigo discorrerá sobre a concepção de Educação Popular, a qual fundamenta a atuação dos educadores sociais, nos quais se encontram inseridos em diferentes contextos educativos: abordagem de rua, sistema prisional, educação no campo, alfabetização de adultos, defesa dos direitos, entre outros. A intenção é refletir a estreita relação entre a educação libertadora e Educação Popular, como práxis social, capaz de transformar as pessoas e os contextos com os quais estas atuam. Exporemos os elementos essenciais de uma atuação política a qual se desenvolve em diferentes contextos.

PALAVRAS-CHAVE: educação popular, politização; educação social; participação política.

ABSTRACT: This article will discuss the concept of Popular Education, which bases the social role of educators in which are inserted in different educational contexts: approach homeless, prisoners, rural education, adult literacy, advocacy, among others. The intention is to reflect the close relationship between the liberating education and popular education as social practice which is capable of transforming the people and the contexts in which they operate. Expose the essential elements of a political activity which develops in different contexts.

KEYWORDS: popular education, politicization, social education, political participation.

Para abordar a concepção de Educação Popular faz-se necessário recorrer aos estudos de Brandão (2006), Fávero (1983) e Beisiegel (1974), para compreender os períodos de 1940 e 1950, em que a Educação Popular começa a ser discutida no campo da luta popular e como prática social, principalmente, na alfabetização de adultos.

A Educação Popular como práxis social é compreendida como aquela que não está institucionalizada, ocorre dentro e com os grupos populares; é determinada pela realidade e sua perspectiva é histórica. Desenvolve-se na sociedade para se contrapor ao projeto educacional dominante. Por isso, é adotada em diferentes contextos, principalmente pelos movimentos sociais do campo e da cidade. Há a defesa, por parte do movimento pela escola pública, gratuita, laica e de qualidade, que a Educação Popular se transforme em uma educação também financiada e oferecida pelo poder do Estado, a serviço dos interesses e projetos das classes populares. “Isto é parte do projeto histórico de, um dia, toda a educação realizar-se, em uma sociedade plenamente democrática, como Educação Popular” (LUI apud, BRANDÃO, 2006, p. 54).

É possível afirmar que Freire inicia a práxis da Educação Popular na década de 1960, quando os dados do analfabetismo destacavam acima dos indicadores para o país que se encontrava em pleno processo de desenvolvimento. A luta no campo da cultura popular foi decisiva para a formulação de pressupostos teóricos metodológicos que pudessem intervir na realidade social.

Esse modelo de crescimento produz desigualdade, miséria e violência e não desenvolvimento. Isso reflete uma das expressões da questão social,

¹ Assistente Social, mestre e doutora em políticas sociais e movimentos sociais pela PUC/SP. Diretora Pedagógica do Instituto Paulo Freire, filiada à ANDHEP. Email: franpini@paulofreire.org

compreendida como a forma em que se engendra o modo de produção capitalista e sua relação com o trabalho.

Conforme Brandão (2006), a primeira experiência de educação com as classes populares, a que se deu, sucessivamente, o nome de educação de base (no MEB, por exemplo), de educação libertadora e mais tarde de Educação Popular, surge no Brasil no começo da década de 1960. Nasce, no interior de grupos e movimentos da sociedade civil, alguns deles associados a setores de governos municipais, estaduais, ou da federação. Começa como um movimento de educadores, que trazem, para o seu âmbito de trabalho profissional e militante, teorias e práticas do que então se chamou de “cultura popular”, e se considerou como uma base simbólico-ideológica de processos políticos de organização e mobilização de setores das classes populares, para uma luta de classes dirigida à transformação da ordem social, política, econômica e cultural vigente.

Paulo Freire foi um dos intelectuais brasileiros que conseguiu captar os anseios dos oprimidos e fazer disso uma bandeira de luta, pois tinha a capacidade intelectual de organizar o conjunto dos trabalhadores na década de 1960 para refletir a situação em que viviam e transformar isso em instrumento de luta política, tendo como exemplo, os movimentos de cultura popular.

Os Movimentos de Cultura Popular nasceu da iniciativa de estudantes universitários, artistas e intelectuais pernambucanos que se aliaram ao esforço da prefeitura da capital no combate ao analfabetismo e elevação do nível cultural do povo, buscando também aproximar a juventude e a intelectualidade do povo. (PAIVA, 1973, p. 236).

A alfabetização de adultos, coordenada por Paulo Freire foi elemento aglutinador das massas, estratégia de eliminação do analfabetismo, que contribuiu para fortalecer os grupos populares no enfrentamento à violência.

Podemos afirmar que a experiência de alfabetização vivida em Angicos (RN) por “Paulo Freire e sua equipe, em 1963, ficou reconhecida nacional e internacionalmente pelo fato de que em 40 horas conseguiram alfabetizar 300 trabalhadores(as) rurais” (FEITOSA, 2008, p. 35).

Concomitantemente ao MEB, a Educação Popular se reconhece também nos Movimentos de Cultura Popular (MCPs). O destaque aqui é apenas para afirmar que os princípios teórico-metodológicos de Paulo Freire não ficaram restritos à alfabetização de adultos. Os diversos estados brasileiros, em particular, o estado de nascimento de Paulo Freire, Pernambuco, é a expressão da produção da cultura popular, como transformadora da realidade. O Movimento de Educação de Base, após sua criação, atuava de forma articulada, sendo um dos integrantes do MCP.

Conforme Paiva (1973, p. 238),

[...] o MCP de Pernambuco desenvolveu suas atividades a partir de 1960. Entre setembro de 1961 e fevereiro de 1963 realizou uma experiência de educação pelo rádio com recepção organizada em escolas experimentais, e para a qual foi preparado o Livro de Leitura do MCP, transmitindo programas de alfabetização (50 a 60 minutos de aulas noturnas durante os dias úteis) e de educação de base (10 a 20 minutos). Aos sábados e domingos eram feitas transmissões musicais e teatrais por intermédio da Divisão do Teatro do MCP ou levados ao ar as novelas gravadas pela SIRENA.

No século XXI, em particular em 2003, é criada a Rede de Educação

Cidadã (Recid), uma experiência inovadora no campo da Educação Popular, que dialoga com diferentes sujeitos: quilombolas, ribeirinhos, pescadores, indígenas, ciganos, movimento urbano dos sem tetos, Movimento dos Sem Terra, Movimentos de Mulheres, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento Hip Hop, e Movimentos dos Direitos Humanos. Vinculada, do ponto de vista pedagógico, administrativo e político ao governo federal cumpre um papel essencial para promoção dos direitos humanos no Brasil, uma vez que possui capilaridade em todo território nacional. A Recid articula diversos segmentos da população, entidades e movimentos sociais e populares, assumindo solidariamente o compromisso de realizar um processo sistemático de sensibilização, mobilização e Educação Popular de grupos social e economicamente vulneráveis, promovendo o diálogo e a participação ativa na superação da miséria, afirmando um projeto popular, democrático e soberano de nação.

A Educação Popular passou por muitos momentos educativos e organizativos, desde a busca da conscientização até a defesa dos direitos humanos aos aniquilados pelas ditaduras militares, brutais e sangrentas, que custaram à vida de milhares de militantes populares. Ela presenciou o otimismo guerreiro da campanha de alfabetização da Nicarágua, o sistema de Educação Popular de adultos forjado com cheiro de pólvora, até a convivência com a Educação Popular que produzia pequenas peças de artesanato, juntava roupas usadas e soluçava com raiva, resmungando ódio junto com o desempregado na periferia urbana.

Neste século 21, a Educação Popular é compreendida como o regime alicerçado na soberania popular, na justiça social e no respeito integral aos direitos humanos, e seu reconhecimento é urgente para a ampliação e a concretização dos direitos. ganha centralidade, pois ela retoma sua direção ao pleno desenvolvimento humano, respeitando, reconhecendo os grupos socialmente excluídos e, com eles, reassumindo a luta histórica por um projeto emancipador anticapitalista; neste contexto, novas bandeiras são incorporadas, como a defesa socioambiental.

Sendo a educação um meio privilegiado na promoção dos direitos humanos, cabe priorizar a formação de agentes públicos e sociais para atuar no campo escolar e não escolar, abrangendo os sistemas de educação, saúde, comunicação e informação, justiça e segurança, mídia, entre outros. É necessário integrar e aprimorar os espaços de participação existentes, bem como criar novos espaços e condições institucionais de construção e monitoramento das políticas públicas de direitos humanos no País.

Em tempos de crise, é preciso compreender por que algumas experiências educacionais no campo popular tiveram êxito e outras não. Que lições podemos extrair dos caminhos já percorridos e como reacender o sonho e impulsionar as reflexões teórico-práticas para a construção de um projeto de Educação Popular?

Cabe considerar que, ao longo destes 50 anos, houve uma disseminação da Educação Popular, fundamentada nos princípios teórico-metodológicos freirianos como metodologia de atuação com os setores populares. Movimentos sociais, sindicatos, sistemas públicos de educação, movimentos de alfabetização, enfim, há, no conjunto da sociedade, grupos e movimentos que resistem cotidianamente à dominação capitalista, por meio de uma práxis da Educação Popular. Essa é a utopia que nos move; o sonho

de que outra sociabilidade é possível, construída com as classes populares.

Educação social de rua, prisional, campo: os contextos diversos da Educação Popular.

Os contextos da Educação Popular ampliam-se como forma de enfrentamento ao modo de produção capitalista, tendo em vista, que a estrutura social vigente é promotora da desigualdade, violência, individualismo e barbárie. Por isso, que no documentário intitulado "Utopia ou barbárie", o diretor e escritor, Lincoln Secco retrata o quadro de violências que vivemos durante o século XX e aponta como contraponto as diversas lutas no campo e na cidade, em diferentes períodos da história que pudessem impulsionar as atuais gerações para pensarem quais as utopias que temos hoje para superar a barbárie.

Nesse sentido, diversas profissões atuam nesses contextos, uma delas é o educador social². Conforme proposta aprovada em lei, esses profissionais estarão direcionados para as pessoas e comunidades em situação de risco, violência e exploração física e psicológica. O texto aprovado ainda prevê que o educador profissional também terá entre suas atribuições a preservação cultural e a promoção de povos e comunidades remanescentes e tradicionais; e de segmentos sociais prejudicados pela exclusão social como mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais.

Desse modo, há um espaço profissional que pode contribuir com a construção de novas utopias, no campo e na cidade. No entanto, do ponto de vista teórico-metodológico a abordagem histórica crítica que fundamenta a educação popular poderá fortalecer para a formulação de uma prática social transformadora.

Considerando que a educação social no Brasil, sempre esteve atrelada às diversas expressões da questão social, a qual é resultante da relação contraditória entre o capital e trabalho e pensá-la em um contexto teórico-metodológico e ético-político é apontar formas de enfrentamento a estrutura de sociedade que está posta.

Uma educação orientada para o pleno desenvolvimento humano requer a capacidade de conviver com a diversidade, conhecer as diferentes culturas e respeitá-las integralmente, construir efetivamente com o outro e reconhecer, no cuidado da vida, um valor e um princípio de sustentabilidade humana, são desafios de toda a humanidade. O respeito aos direitos humanos pressupõe o direito civil, ambiental, social, econômico, cultural e político. Tal concepção se orienta pela diversidade e pela democracia, pelo conhecimento de seus direitos e dos outros. Envolve mudança de atitudes, posturas e novas concepções.

A caminhada da humanidade rumo à outra ordem societária tem possibilitado a criação de vários referenciais que se transformam em documentos oficiais, os quais vêm fundamentando essa outra sociabilidade. Para Gadotti (2008), os princípios e valores da Carta da Terra podem servir de base para a criação de um sistema global de educação, que poderá colocar uma base humanista comum para os sistemas nacionais de

² Há um campo de atuação ao educador social, que pelo Projeto de Lei nº 5.346/09, passará a ser profissão.

educação. Não se trata de formar um sistema ideologicamente único, o que seria uma iniciativa totalitária. Trata-se de realçar o que temos em comum.

Se não tivermos nada em comum, o que nos restará será a guerra [...]. Os sistemas de educação são muito semelhantes em quase todo o mundo, apesar da imensa diversidade cultural existente. Isso tem vantagens e desvantagens. A desvantagem é que são sistemas rígidos, que resistem a mudanças; a vantagem é que uma inovação introduzida num sistema pode mais facilmente ser introduzida também em outros (GADOTTI, 2008a, p. 11).

Faz-se necessário pactuar entre as nações, por meio dos chefes de Estado, da sociedade civil, dos partidos políticos e das várias representações sociais essa mudança estrutural em relação ao cuidado da vida em todas as suas dimensões. Nesse sentido, o papel da educação escolar e da Educação Popular é fundamental para assegurar a incorporação desse princípio na vida cotidiana, pois não se trata de "salvar o planeta", mas de adotar outros conteúdos que ressignifiquem o modo de vida na sociedade e possam contribuir com a mudança no modelo de produção capitalista, o qual reconhece na mercadoria o seu elemento central da vida.

A barbárie já faz parte da estrutura das sociedades mundiais e, progressivamente, tem produzido mortes e alijado pessoas dos seus direitos fundamentais, conforme aponta Sen (2000, p. 29).

Um número imenso de pessoas em todo o mundo é vítima de várias formas de privação de liberdade. Fomes coletivas continuam a ocorrer em determinadas regiões, negando a milhões a liberdade básica de sobreviver. Mesmo nos países que já não são esporadicamente devastados por fomes coletivas, a subnutrição pode afetar numerosos seres humanos vulneráveis. Além disso, muitas pessoas têm pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico, ou água tratada, e passam a vida lutando contra uma morbidez desnecessária, com frequência sucumbindo à morte prematura. Nos países mais ricos é demasiado comum haver pessoas imensamente desfavorecidas, carentes de oportunidades básicas de acesso a serviços de saúde, educação funcional, emprego remunerado ou segurança econômica e social... Adicionalmente, a desigualdade entre mulheres e, de modos diferentes, restringe em altíssimo grau as liberdades substantivas para o sexo feminino.

A ideia aqui é demarcar o campo teórico-metodológico da Educação Popular. Por isso, faz-se necessário destacar a relação de algo que está imbricado: a educação libertadora e a Educação Popular. A primeira é aquela que assegura a compreensão do mundo a partir da leitura do sujeito em relação com o outro. Na medida em se aprende, se ensina, e nessa interação cada sujeito se transforma individualmente e socialmente.

A relação da educação libertadora e a Educação Popular está na concretização da práxis pedagógica, ou seja, no modo como se desenvolve a ação. Referenciada nos princípios teórico-metodológicos freirianos, adquire uma dimensão ética, movida pelo desejo de mudança. O seu desenvolvimento implica a aceitação do novo, a rejeição da discriminação e a reflexão crítica sobre a prática, sem abrir mão do rigor metodológico, da pesquisa, da competência, da criticidade, do respeito aos saberes dos(as) educandos(as) e o comprometimento com os grupos populares. Desenvolve-se na sociedade para se contrapor ao projeto dominante; por isso é adotada em diferentes contextos, no espaço prisional, nos projetos de abordagens de rua e com as pessoas que vivem no campo.

Para Freire, a educação não é neutra, contém uma intencionalidade política. Portanto, pressupõe escolhas, estejamos ou não conscientes delas, referentes aos conteúdos, às metodologias, ao planejamento, à avaliação, à comunicação, à convivência etc. Dependendo das decisões, ou seja, das escolhas que fazemos, a educação que realizamos pode ser transformadora e emancipadora ou conservadora – contribui para a manutenção da organização e da dinâmica social. O autor desenvolveu uma teoria do conhecimento que possibilita a compreensão do papel de cada um no mundo e de sua inserção na história para que pudesse contribuir com a luta por melhores condições de existência das populações oprimidas. Nessa construção, o diálogo é condição para o conhecimento. Assim, o ato de conhecer se dá num processo social e o diálogo é o mediador dessa relação.

Na reinvenção do método freiriano, Moacir Gadotti (2008b, p. 130-131) afirma que:

O diálogo não é apenas uma estratégia pedagógica. É um critério de verdade. A verdade do meu ponto de vista, do meu olhar, depende do outro, da comunicação, da intercomunicação. Só o olhar do outro pode dar veracidade ao meu olhar. O diálogo com o outro não exclui o conflito. A verdade nasce da conformação do meu olhar com o olhar do outro. Nasce do diálogo-conflito com o olhar do outro. O confronto de olhares é necessário para se chegar à verdade comum... O meu conhecimento só é válido quando eu o compartilho com alguém.

Desse modo, o diálogo não é instrumento pedagógico, mas princípio de uma Educação Popular que reconhece a construção coletiva como aquela que possibilita a humanização dos sujeitos e convive com o conflito não para negar o outro, mas para reconhecer suas contribuições no processo de transformação individual e social.

Conforme os referenciais teórico-metodológicos formulados por Paulo Freire, é preciso compreender que a prática educativa é social e histórica; logo, tem intencionalidade política e, para isso, requer que eu, enquanto educador(a), perceba o sentido que atribuo à educação. Nessa perspectiva, o acolhimento aos saberes dos(as) educandos(as) ganha espaço no Círculo de Cultura, se realmente dialogo com a realidade na qual os(as) educandos(as) se inserem. Ou seja, ao problematizar sobre a água, e eles considerarem que essa questão é complicada, pois a comunidade é abastecida por poço, e em épocas de seca não tem havido investimento público, como educadores(as), precisamos construir estratégias que mobilizem os(as) educandos(as) a se organizarem por investimentos públicos, tendo em vista os limites da prática educativa.

A compreensão dos limites da prática educativa demanda indiscutivelmente a clareza política dos educadores com relação a seu objeto. Demanda que o educador assuma a politicidade de sua prática. Não basta dizer que a educação é um ato político, assim como não basta dizer que o ato político é também educativo. É preciso assumir realmente a politicidade da educação.

Não posso, por exemplo, como intelectual que toma banho todos os dias com água quente, que é um professor universitário, um acadêmico, não posso dizer que os operários de São Paulo não têm consciência de classe e que eu tenho a consciência da classe trabalhadora. Também não posso falar da transformação radical da

sociedade e, ao mesmo tempo, converter meus educandos em puros objetos passivos dentro dos quais eu deposito minha sabedoria. Mas, por outro lado, também não posso, como educador, deixar os educandos abandonados como se lhes dissesse: "Agora adivinhem". Não. Nem uma coisa, nem outra. Tenho de assumir uma responsabilidade política, uma luta constante para cumprir cabalmente minha tarefa de educador. E essa coerência entre discurso e prática, devo buscá-la em todos os níveis. (FREIRE in TORRES, 1987, p.84).

Paulo Freire evidencia que é preciso corporificar o nosso discurso pelo exemplo e criar efetivamente condições para o diálogo com o outro. Não existe a minha realidade e a dele, pois ambos pertencem a uma classe social. Nesse sentido, o posicionamento político em favor dos excluídos está posto, desde que se tenha consciência de classe.

A Educação Popular passa a ser âncora de práticas efetivas e comprometidas com as classes populares quando consegue estabelecer relações de respeito, de amorosidade conjuntamente com os(as) educandos(as), tecendo amanhã em que todos *possam ser mais*.

A realidade dos(as) educandos(as) é o ponto de partida para o conhecimento que eles vão criando do mundo. A partir dela, uma nova descoberta da realidade inicialmente discutida em seus aspectos superficiais vai sendo realizada com uma visão mais crítica e mais generalizada.

A educação, na perspectiva libertadora, exige a dialogicidade, portanto, a Leitura do Mundo coletiva. É a partir dela, do conhecimento do nível de percepção dos(as) educandos(as), de sua visão do mundo, que Paulo Freire considera possível organizar um conteúdo, e, por conseguinte, um currículo libertador. O processo educativo deve desafiar o(a) educando(a) a penetrar em níveis cada vez mais profundos e abrangentes do saber. Nisso se constitui uma das principais funções do diálogo, que se inicia quando o(a) educador(a) busca a temática significativa dos(as) educandos(as), procurando conhecer o nível de percepção deles(as) em relação ao mundo vivido.

Assim, a realidade imediata vai sendo inserida em totalidades mais abrangentes, revelando ao(à) educando(a) que a realidade local, existencial, possui relações com outras dimensões: regionais, nacionais, continentais, planetária e em diversas perspectivas: social, política, econômica, ambiental e cultural, que se interpenetram.

Nesse processo desafiador, Paulo Freire realça a importância da dimensão cultural nos processos de transformação social.

Com as discussões sobre o conceito de cultura, as pessoas descobrem que, tanto é cultura o boneco de barro feito pelos artistas, seus irmãos do povo, como cultura também é a obra de um grande escultor, de um grande pintor, de um grande místico, ou de um pensador. "Cultura é a poesia dos poetas letrados de seu país, como também a poesia de seu cancioneiro popular. Cultura é toda criação humana" (FREIRE, 1983a, p. 109).

A história está aberta às possibilidades, "enquanto presença na história e no mundo, esperançosamente luto pelo sonho, pela utopia, pela esperança, na perspectiva de uma Pedagogia crítica" (FREIRE, 1983a, p. 53). E esta não é uma luta vã.

As nossas utopias estão constantemente em busca de solo no terreno concreto da realidade, para se enraizarem. Mesmo que elas muitas vezes

pareçam impossíveis e inalcançáveis, elas permanecem fundamentais, como faróis que nos guiam na direção de novos sonhos possíveis.

Ao identificarmos as pessoas que serão sujeitos da nossa atuação, seja nos presídios, em que o perfil populacional é predominantemente de pessoas excluídas historicamente de direitos econômicos, sociais e culturais fundamentais que, diante de atos que as colocaram em conflito com a lei, foram condenadas ao regime de privação de liberdade.

O modelo repressor e punitivo que a estrutura prisional existente no Brasil reproduz, tem tornado a educação dentro dela uma prática social de difícil acontecimento. A hostilidade na aplicação das medidas disciplinares e a superlotação nas celas são algumas das cotidianas violações de direitos a que homens e mulheres são submetidos e que ilustram as dificuldades para a efetivação da educação nas prisões.

Por fim, compreender que a educação popular requer uma articulação com a educação em direitos humanos, a qual compreendemos como a educação permanente, crítica, dialógica, participativa e fundamentada em uma teoria que assegure a compreensão da realidade e voltada para a mudança da estrutura da sociedade capitalista; uma educação em que as diretrizes tem clareza dos seus valores e princípios e não se foca na transmissão de conhecimentos; é a educação que envolve os cidadãos para o processo de construção do exercício da cidadania ativa, ocupação do espaço público e permanente luta pelos direitos sociais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES. Ângela, PADILHA, Paulo Roberto, Metodologia MOVA. *Cadernos de Formação*. Projeto MOVA-Brasil, 1 ed. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2011.

ASSUMPÇÃO. Raiane (Org.). *Educação Popular na perspectiva freiriana*. São Paulo: Editora e Livraria do Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação popular; 3).

BEISIEGEL. Celso de Rui. *Estado e educação popular*. São Paulo: Pioneira, 1974.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Método Paulo Freire*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. *O que é Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção Primeiros Passos; 318)

_____. *Educação Popular na Escola Cidadã*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Repensando a Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *De Angicos a ausentes - 40 anos de educação popular*. Porto Alegre: Corag, 2001.

_____. e ASSUMPÇÃO, Raiane (org.). *Cultura Rebelde: Escritos sobre a educação popular ontem e agora*. São Paulo: Editora e Livraria do Instituto Paulo Freire, 2009.

CALDART, Roseli. *Educação e movimento: formação de educadores no movimento dos trabalhadores rurais sem terra*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Unesp, 1999.

CAMPOS, Maria Malta. *Escola e participação popular: a luta por educação elementar em dois bairros de São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), 1982.

CORTELLA, Mário Sérgio. *A escola e o conhecimento - fundamentos epistemológicos e políticos*. São Paulo, Cortez /IPF, 1998.

FAVERO, Osmar. *Cultura Popular e educação popular - memória dos anos sessenta*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1983.

FEITOSA, Sonia C. S. *Método Paulo Freire, a reinvenção de um legado*. Brasília: Liber Livros Editora, 2008.

FREIRE, Paulo. *Educação e atualidade brasileira*. Recife, Dissertação de concurso para a cadeira de História e Filosofia da educação na escola de Belas Artes de Pernambuco. Recife, 1959.

_____. e Adriano Nogueira. *Que fazer - teoria e prática em educação popular*. Petrópolis, 1989.

_____. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. e Guimarães Sérgio. *Aprendendo com a própria história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987a.

_____. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 1982a.

_____. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.

_____. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Educação: o sonho possível*. In: BRANDÃO, C. R. (org). *Educador: vida e morte*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. *Extensão ou comunicação?* 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da Indignação*. São Paulo: UNESP, 2000.

GADOTTI, Moacir e TORRES, Carlos A. (Orgs.) *Educação Popular e utopia latino-americana*. São Paulo: Cortez, 1994.

GADOTTI, Moacir. *MOVA, por um BRASIL ALAFABETIZADO*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008a.

- _____. *Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008b.
- GADOTTI, M. & ROMÃO, J.E (orgs). *Autonomia da escola: princípios e propostas*. São Paulo: Cortez, 1997.
- GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação*. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. (org.). *Paulo Freire: uma biobibliografia*. São Paulo: Cortez, IPF, 1996.
- _____. É possível aplicar o método Paulo Freire hoje? In: *Educação e Compromisso*. Campinas: Papirus, 1985.
- GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GARAUDY, Roger. *Do Anátema ao Diálogo*, 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1969
- LUI. Palmada Emiliano. PINI, Francisca, GÓES, Washington. *Educação Popular. Cadernos de Formação*. Projeto MOVA-Brasil, 1 ed. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2011.
- GALVÃO, Mariana, PADILHA, Paulo Roberto, LEITE, Rosângela. *Diversidade e Direitos. Cadernos de Formação*. Projeto MOVA-Brasil, 1 ed. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2011.
- MEKSENAS, Paulo. *Como Trabalhar com o Povo*. São Paulo: Pastoral da Juventude, 1982.
- MÉSZAROS, Istvan. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- PADILHA, Paulo Roberto (et al). *Educação para a Cidadania Planetária: currículo intertransdisciplinar em Osasco*. São Paulo: Editora e Livraria do Instituto Paulo Freire, 2011.
- _____. *Educar em Todos os Cantos*. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2009.
- PAVA, Vanilda P. *Educação popular e educação de adultos*. Rio de Janeiro: Loyola, 1983.
- PELANDRÉ, Nilcéa. Lemos. *Efeitos a longo prazo do Método de Alfabetização*. Florianópolis: UFSC, 1998. v. I e II. Tese (Doutorado em Letras/Linguística) - Curso de Pós-Graduação Letras/Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina.
- PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira e MORAES, Célio Vanderlei (Orgs.). *Educação, Participação Política e Direitos Humanos*. São Paulo: Editora e Livraria do Instituto Paulo Freire. 2011.

- PONTUAL, Pedro de Carvalho. *Desafios pedagógicos na construção de uma relação de parceria entre movimentos populares e governo municipal da cidade de São Paulo: a experiência do MOVA-SP (1989-1992)*. (Dissertação de Mestrado) PUC São Paulo, 1996.
- ROMÃO, José Eustáquio. *Dialética da diferença*. (Tese de Doutorado) - FE-USP. São Paulo, 1997.
- ROSAS, Agostinho da Silva e NETO, José Francisco de Melo. *Educação Popular: Enunciados Teóricos*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SCOCUGLIA, Afonso Celso. *Educação Popular: do Sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB: São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2001.
- _____. *A história das idéias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas*. Ed. Universitária: João Pessoa, 1997.
- SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich. A dialética do diálogo libertador de Freire. In: *Pedagogia dialética: de Aristóteles a Paulo Freire*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SECCO. Lincoln. Gramsci e o Brasil. Recepção e difusão de suas ideias. São Paulo: Cortez, 2002 (Questões da Nossa Época, v. 94).
- SILVA, Roberto da Silva (et al). *Pedagogia Social*. São Paulo: Expressão & Arte Editora, 2009.
- STRECK, Danilo (et al). *Leituras de Paulo Freire: contribuições para o debate pedagógico contemporâneo*. Brasília: Liber Livro Editora, 2010.
- TEODORO, Antonio. TORRES, Carlos Alberto (orgs.). *Educação Crítica & Utopia: perspectivas para o século XXI*. São Paulo: Cortez, 2006.
- TORRES, Carlos Alberto. *Pedagogia da luta: da pedagogia do oprimido à escola pública popular*. Campinas: Papirus, 1997.
- _____. *A política da educação não-formal na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- TORRES, Rosa Maria (Org.). *Educação Popular: um encontro com Paulo Freire*. São Paulo: Loyola, 1987.